



Deslocamentos habitacionais e produção do espaço urbano: Uma análise exploratória no extremo sul de São Paulo

Autores:

Larissa de Alcantara Viana - FAU-USP - larissa.aviana@gmail.com

Resumo:

Esse artigo está estruturada em torno dos deslocamentos habitacionais, cotidiano e produção do espaço urbano, que se propõe a discutir a cidade para além da visão dicotômica centro-periferia, por compreender que a cidade, no caso específico, São Paulo, tem passado por uma transformação que configura uma diversidade socioeconômica nas chamadas áreas periféricas, onde essas se aproximam cada vez mais das áreas onde o imobiliário investe voltado à classe média. Entende-se que a noção de produção do espaço precisa ser compreendida à luz da prática concreta. Assim, com base em um estudo de caso desenvolvido na ocupação Jardim da União, no extremo sul da cidade, a partir de aproximação etnográfica através do acompanhamento de uma importante personagem na organização dessa luta, tem-se um cenário que reflete a história da chamada “urbanização por expansão periférica”, como destaca Telles e Cabanes (2006, p. 17), onde desenrolam-se diferentes histórias e trajetórias de distintos personagens.

DESLOCAMENTOS HABITACIONAIS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO:

Uma análise exploratória no extremo sul de São Paulo

INTRODUÇÃO

Esse artigo se propõe a discutir a produção do espaço urbano para além da dicotomia centro-periferia, clivagem de suma importância nos anos de 1970 quando se aprofundaram os estudos sobre o urbano no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, sob a influência da teoria da acumulação capitalista, cuja reflexões se davam em torno das relações entre Estado, habitação e condições de reprodução da força de trabalho, onde a periferia precária estava representada pela trilogia loteamento periférico-casa própria-autoconstrução.

É importante destacar que nesse contexto, diversos autores se debruçaram em torno da definição de periferia, aqui compreendida também como o lugar onde desenrolam-se histórias e trajetórias de diferentes gerações. Desde a geração que chegou nos “tempos do progresso”, entre os anos 1970 e 1980, até a geração que já chegou em plena “reestruturação produtiva”, fortemente implementada na década de 1990.

A visão paulistana da periferia nas décadas de 1970 e 1980 é caracterizada por Bonduki e Rolnik (1982), na perspectiva geográfica, por ser um espaço na faixa externa da área urbanizada e distante do centro metropolitano. Já na visão sociológica, os autores destacam periferia como o local da reprodução da força de trabalho em precárias condições de habitação. Por fim, os autores vão definir periferia como sendo “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social” (BOBDUKI e ROLNIK, 1982, p. 147). Já Mautner (2015) defende que em São Paulo periferia tem um significado específico e, enquanto conceito social, afirma que “desvenda, de fato, um processo histórico de produção do espaço urbano que se desenrolou concomitantemente à extensão interna do trabalho assalariado” (MAUTNER, 2015, p. 253). A autora ainda destaca que a especificidade da periferia em São Paulo reflete o dualismo do senso comum sobre a concepção de espaço urbano, geograficamente se caracterizando por ser as franjas da cidade e, pela sociologia urbana, “o local onde moram os pobres, em contraposição à parte central da cidade, estruturada e acabada” (MAUTNER, 2015, p. 253). Para Maricato (1982), periferia urbana é caracterizada como

[...] o espaço de residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infra-estrutura [sic] urbanos, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso do solo.

Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada à luz de certas formulações técnicas urbanísticas de planejamento [...] (MARICATO, 1982, p. 82 e 83).

O que se busca compreender aqui é a produção do espaço urbano a partir de uma leitura não mais de periferia enquanto espaço urbano socialmente homogêneo, fora da abordagem dualista de cidade e da periferia enquanto espaço ignorado pelas políticas estatais. Compreende-se que hoje há uma diversidade socioeconômica nas chamadas áreas periféricas e que a distância entre essas áreas e aquelas onde o imobiliário investe voltado à classe média é cada vez menor. Em debate mais atual, que busca avançar para além dessa dualidade, Telles e Cabanes (2006) afirmam que:

Mesmo nas regiões mais distantes da cidade, os circuitos do mercado e os grandes equipamentos de consumo compõem a paisagem urbana, provocando mudanças importantes nas dinâmicas familiares e na economia doméstica, nas formas de sociabilidade e redes sociais, nas práticas urbanas e seus circuitos (TELLES e CABANES, 2006, p. 12).

Para essa compreensão, parte-se de um estudo empírico realizado a partir de aproximação etnográfica na ocupação Jardim da União¹, localizada no extremo sul da cidade de São Paulo, distante 30 quilômetros da Praça da Sé, esta, considerada o centro geográfico da cidade.

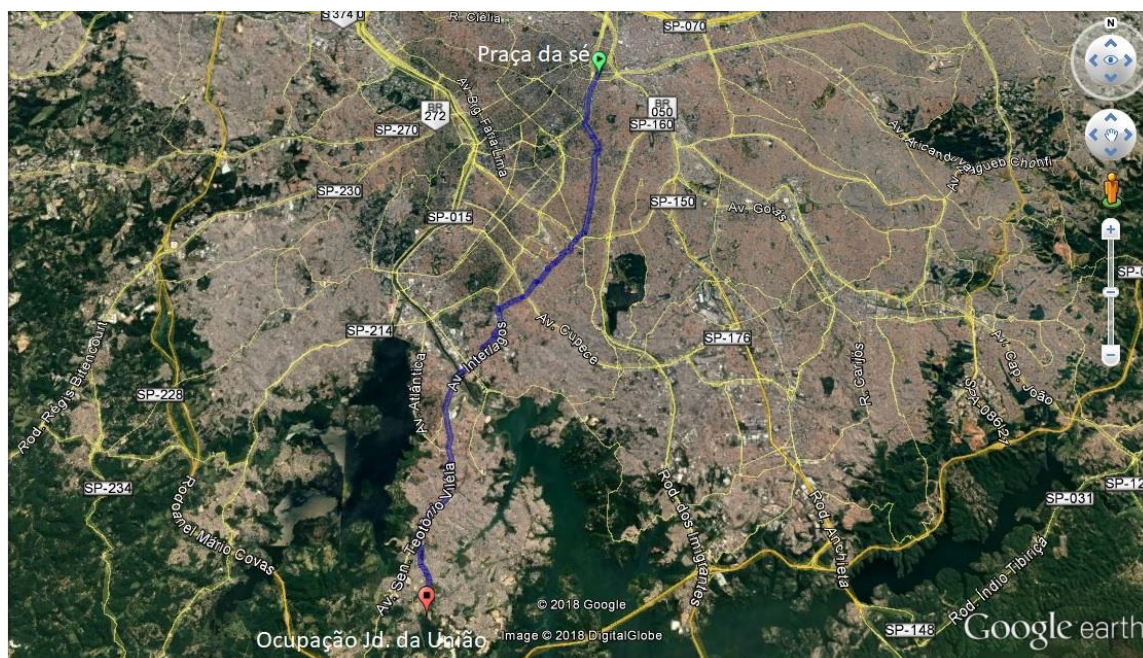


Imagem 1: Distância da Praça da Sé à ocupação Jardim da União.
Fonte: Google maps (2018).

¹ A aproximação etnográfica na ocupação Jardim da União foi iniciada em maio de 2018, com uma média de duas vezes mensais, e continua em andamento.

Busca-se compreender a produção do espaço urbano a partir do deslocamento espacial e do cotidiano, pois entende-se que o processo de produção do espaço também se dá a partir dessas categorias. Nas palavras de Telles e Cabanes (2006, p. 15): “Ao seguir os traçados dos percursos urbanos de indivíduos e suas famílias, é a própria cidade que vai se perfilando”.

A ocupação Jardim da União, foi formada em 12 de outubro de 2013, fruto da resistência de moradores da antiga ocupação do Jardim Itajaí, localizada em suas proximidades e que sofrera uma violenta reintegração de posse. Tem uma trajetória de luta por permanência na área que ocuparam, sendo as famílias moradoras dessa ocupação organizadas em torno de pressionar o poder público quanto à regularização jurídica e fundiária.

Denise e Solange² são duas lideranças comunitárias e importantes personagens na organização e na luta da ocupação. Denise é uma das interlocutoras que contribui diretamente para esta pesquisa e é através de sua trajetória, passando também pela trajetória de Solange, que aqui serão abertas novas questões nesse entendimento da produção do espaço urbano.

DENISE, FAMÍLIA E DESLOCAMENTOS

Do início da pesquisa de campo com aproximação etnográfica, foi possível acompanhar diferentes pessoas moradora da ocupação, atores que forjam no cotidiano a luta política por direito à moradia e direito à cidade. A escolha por trazer Denise como interlocutora principal dessa pesquisa se dá pelo fato dela ser uma importante personagem na organização dessa luta, desde a formação da ocupação, passando por todos os embates com o poder público, tendo se tornado uma liderança local. Além disso, tem destaque na trajetória de Denise sua emancipação política durante esse processo, sendo ela protagonista pessoal da história de luta.

Denise chegou a São Paulo em 1990, com a cidade já em plena reestruturação produtiva, em curso desde o final dos anos 1980. Tinha então 19 anos e veio da Bahia, casada com Marcos, seu marido até hoje, em busca de melhores condições de vida, continuando um processo de migração dos estados do Nordeste para São Paulo, tão comuns nas décadas de 1970 e 1980. Em São Paulo se estabeleceram e tiveram três filhas. A irmã e o irmão já moravam em São Paulo, ficando ainda o irmão mais velho na Bahia, esse lá até hoje. De chegada ficou com o marido na casa da irmã, na Vila São José, no Grajaú, bairro da zona sul de São Paulo, definida por Telles (2006) como porta de entrada de uma extensa periferia que chega às fronteiras urbanas. “Quando chegamos na casa da minha irmã que começou a

² Os nomes próprios dos moradores da ocupação Jardim da União aqui citados são fictícios. A opção de adotar nomes fictícios se deu em função da necessidade de preservar identidades e pela convicção de que a identificação pessoal dos interlocutores, para os fins desta pesquisa, não interfere na argumentação.

amontoar muito, aí eu: não, eu tenho que trabalhar, tenho que dar um jeito na minha vida” (DENISE, informação verbal, 2018)³. Começou a trabalhar como estoquista de uma loja.

Marcos começou a trabalhar como pintor, contratado por uma construtora. Denise conta que, apesar de ele ter conseguido emprego só depois dela, ambos conseguiram emprego com certo rapidez e facilidade. Marcos saía junto com o irmão de Denise para procurar emprego: “eles pegavam e faziam a marmitinha deles, farofa e colocavam nas mochilas e saíam a pé mesmo, batendo nas empresas, perguntando, por isso que ele conseguiu logo” (DENISE, informação verbal, 2018).

Tendo chegado no ano de 1990, apesar da já reestruturação produtiva do mundo do trabalho, como dito anteriormente, vieram com a ideia que, até então permeava os moradores dos estados da região do Nordeste, da possibilidade de se encontrar emprego batendo de porta em porta. Porém, é dessa época, segundo Hirata et al (2006), o surgimento das agências de emprego e de trabalho temporário que passaram a intermediar a contratação de funcionários por parte das empresas.

A partir dos relatos de Denise observa-se a rapidez com que ela e seu marido conseguiram se inserir no mercado formal de trabalho. Isso, em plena década de 1990, uma década marcada por uma intensa crise econômica e social no país, crise essa que se iniciou ainda na década anterior, quando, ao mesmo tempo em que aumentava o crescimento demográfico do país, diminuía o número de empregos formais, aumentava o número de empregos informais e o salário passava por uma redução no seu valor real, devido à crise instalada e à falta de oportunidades da população para adentrar o mercado formal de trabalho.

Havia pleno emprego na entrada dos anos 1970, cerca de 6% de desemprego em 1986, na cidade de São Paulo, e mais de 20% em 2000. Na década de 1990, portanto, a expansão do desemprego foi muito significativa e o mercado de trabalho muito mais exigente. Com a reestruturação das plantas industriais, just-in-time, robôs, produção por demanda, flexibilidade, enfim, com a ‘revolução toyotista’, passou-se a exigir uma qualificação muito mais intensa do operário (FELTRAN, 2009, p. 07).

Nesse cenário de alto índice de desemprego no decênio, para famílias como a de Denise que conseguiu adentrar o mercado de trabalho formal e manter-se empregada, apesar de certa seguridade, garantida pelos direitos trabalhistas de quem estava formalmente empregado, a realidade não era animadora, já que os salários tiveram queda significativa em todos os setores. De acordo com Pochamann (2012) os anos entre 1995 e 2004 se caracterizam, simultaneamente, por queda na participação salarial na renda nacional e ampliação das rendas da propriedade. Em dados o autor afirma que “a renda do trabalho

³ Toda citação direta de Denise foi obtida através de informação fornecida por ela durante a pesquisa de campo a partir da aproximação etnográfica, São Paulo, 2018. Estará, ao longo do texto, referenciada da seguinte forma: (DENISE, informação verbal, 2018).

perdeu 9% do seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12,3%” (POCHMANN, 2012, p. 09).

Apesar do contexto dilapidador das condições de trabalho, o casal conseguiu emprego com carteira assinada e logo alugaram uma casa na própria Vila São José, no Grajaú, próxima à casa da irmã, onde moraram até voltar para Salvador, em 2005. Foi nesse período, entre 1990 e 2005, que nasceram as duas primeiras filhas de Denise e Marcos, Juliana e Clara, hoje⁴ com 17 e 15 anos, respectivamente.

Denise sempre destaca a relação trabalho carteira assinada que os dois possuíam, o que possibilita observar, a partir de sua narrativa, a construção do ideal em torno do trabalho estável durante esses 15 primeiros anos em São Paulo. Apesar de destacar com frequência o trabalho de carteira assinada dela e do marido, nesses primeiros 15 anos, não predomina em suas narrativas a tão desejada casa própria, componente dos clássicos estudos sobre periferias nas décadas de 1970 e 1980. O ideário da casa própria só passa a fazer parte do discurso de Denise quando a família retorna a São Paulo, já em 2006, depois de passar um ano em Salvador.

Diferentemente das famílias migrantes das décadas de 1960 e 1970, ao chegar em São Paulo no ano de 1990, a família de Denise, ainda que tenha conseguido acessar o mercado formal de trabalho, já está inserida no reordenamento do chão de fábrica que transformou as relações sociais e a identidade política que se davam em torno do trabalho e da própria moradia. Ou seja, a família, de início de sua chegada, não estava inserida nas clássicas lutas sociais em torno do trabalho, da moradia e da organização da periferia. Só posteriormente, apenas nos anos 2010, como será visto mais à frente, que Denise veio a se inserir em uma já modificada luta por moradia, quando comparada às clássicas lutas das décadas de 60 e 70, cujo objetivo é sair do aluguel a partir de ocupações de terra organizadas de forma coletiva.

O grande primeiro marco de deslocamento na vida de Denise é a vinda de Salvador para São Paulo na busca de emprego e de fugir das “coisas difíceis de lá” (DENISE, informação verbal, 2018), se referindo à dificuldade de conseguir emprego na cidade natal. O segundo marco foi no ano de 2005, quando, já com as duas primeiras filhas, teve que voltar para Salvador pois, com a morte do pai, a mãe entrou em depressão e pediu para que ela voltasse para cuidar dela. De início, Marcos não queria voltar:

Eu falei: não vou deixar minha mãe sozinha, eu vou embora. Aí Marcos: como é que você vai embora, vai viver de quê? Porque lá é meio crítico, né? [...] Aí Marcos: e as meninas? A gente vai com todo mundo, o que um comer o outro come. Aí fiquei um ano lá, eu, Clara, Juliana e ele. Aí voltamos (DENISE, informação verbal, 2018).

Passaram um ano morando na casa da mãe de Denise, na periferia de Salvador. Nesse período Denise, se manteve financeiramente através da pensão deixada pelo pai para sua mãe e Marcos fazia o tradicional bico com sua família, também residente na mesma periferia. No

⁴ Hoje refere-se ao mês de outubro do ano de 2018.

decorrer desse um ano, a mãe se recuperou da depressão e Denise começa a organizar a volta de sua família para São Paulo. O retorno a Salvador nunca esteve como possibilidade de se reestabelecer na cidade de origem, sempre esteve no horizonte da família como um retorno temporário, por uma causa específica. Para a família de Denise, a estabilidade sempre esteve em São Paulo, por isso, logo que puderam, organizaram a volta. Destaca-se ainda que mesmo tendo o irmão mais velho morando em Salvador, Denise, uma das duas filhas mulheres, foi quem foi convocada pela mãe para voltar para dar o suporte que ela necessitava. Denise largou sua vida com emprego fixo com carteira assinada, dela e do marido, e a casa alugada onde morava com a família e todos voltaram para Salvador, por um período que foi determinado pelas condições de saúde mental da mãe, um ano. Foram com a perspectiva de ficar tempo suficiente para a recuperação da mãe e com ela recuperada retornar para São Paulo, onde as condições de vida se mostravam mais favoráveis, mesmo que em Salvador ainda tivessem certa rede familiar, tanto da parte de Denise quanto da família de Marcos, que foi o que lhe possibilitou se virar nos bicos durante o ano que passaram lá.

Assim, se deslocam novamente de Salvador para São Paulo, no ano de 2006, e retornam novamente para a casa da irmã de Denise, a mesma em que ficaram ao chegar na cidade em 1990. Porém, por menos tempo do que da primeira vez. Ficaram apenas tempo necessário para encontrar a casa que alugaram novamente na Vila São José, pois já vieram de Salvador com dinheiro guardado para isso.

Ao retornar para São Paulo, Denise, já com casa alugada, mas ainda sem emprego fixo, começou a trabalhar como diarista. Pouco tempo depois, a sobrinha que trabalhava em um buffet, levou Denise para ser passadeira de toalhas de festa: “Acho que eu fiquei ainda uns dois anos trabalhando assim. Aí eu falei: não dá, né? Ficar trabalhando sem registro. Aí saí” (DENISE, informação verbal, 2018). Logo que saiu, Denise conseguiu um emprego com carteira assinada em outro buffet, ficou nesse emprego por 9 anos. Foi nesse período que nasceu Natália, sua terceira filha, hoje com 9 anos. Como estava em um emprego fixo com carteira assinada, Denise teve direito à licença maternidade, o que garantiu certa estabilidade da família.

Já Marcos voltou a trabalhar como pintor, dessa vez contratado por uma pequena empresa que presta serviço terceirizado para construtoras do que é chamado, dentro da construção civil, trabalho mais especializado, e se mantém nesse emprego até os dias de hoje.

DE SALVADOR À OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO

Denise não possuía nenhum histórico de militância ou envolvimento com movimento social. Levava uma vida guiada pelo ideal do trabalho e organizada em torno deste e do universo familiar, tanto ela quanto Marcos. Foi então, em 2013, que se deu seu primeiro contato com a luta em ocupação de terra. Morando de aluguel em uma casa precária na Vila São José, no Grajaú, soube através de vizinhas de um terreno ocupado nas proximidades do bairro, no Jardim Itajaí. A transcrição abaixo traz a riqueza na reconstituição de sua inserção na luta por moradia a partir das ocupações.

[...] as meninas passaram lá e falaram: ah, tem um terreno ali no Itajaí [...] você conhece? Não, não conheço nada pra lá. Vamos lá ver como que é? Vamos, vamos dar uma olhada. Aí a gente foi. Quando chegamos lá todo mundo fazendo comida, tudo voluntário lá, aí a gente começou a ficar, eu lembro que teve uma reunião, aí eu falei: a conversa é outra, sair do aluguel. Aí eu falei: caramba, meu, sair do aluguel, eu vou. Aí o Marcos falou assim: tu tá ficando doida? [...] Aí eu falei: não, eu vou. Porque é uma forma de nós sairmos do aluguel. Porque a gente tá trabalhando só pra pagar aluguel, água e luz. Aí o Marcos falou: então tá bom. Aí Marcos ia vez ou outra e ficava. Mas eu sempre ia, eu sempre tava lá ajudando o povo (DENISE, informação verbal, 2018).

Foi, então, a partir dos gastos com aluguel e contas fixas consumindo todo o salário de sua família que Denise viu na ocupação, que conheceu através de vizinhas, a possibilidade de sair do aluguel. É importante destacar, a partir das falas de Denise e da observação em campo, que toda a luta de sua família para sair do aluguel partiu dela, seu marido tem lugar secundário, apoiando sua decisão pela luta e acompanhando, junto com as filhas, as decisões que ela toma, como se mudar para a ocupação, como veremos a seguir. Denise tem, ao acessar o movimento de luta por moradia, a partir da ocupação, sua condição de emancipação política, sendo ela, mulher, protagonista familiar da história de luta.

Nesse processo da ocupação do Jardim Itajaí, a família de Denise continuou morando na casa alugada no Grajaú. Era a pessoa dela que, trabalhando e dando conta das atividades da casa onde morava com a família, se dedicava à ocupação, com participação diária na organização e nas atividades. Ia para a ocupação diariamente, participava das atividades coletivas como a construção em mutirão dos barracos individuais, que demarcava cada família presente ali, além do barracão coletivo da ocupação onde aconteciam as atividades e funcionava a cozinha coletiva.

JARDIM DA UNIÃO E A VIDA DE LIDERANÇAS ENTRELAÇADAS

A ocupação do Jardim Itajaí foi formada por famílias moradoras das intermediações do terreno, no bairro do Grajaú, em 2013. Sofreu diversas tentativas de despejo e na ocasião da quarta tentativa passou a contar com o apoio da Rede Extremo Sul⁵. Durante o período em que a ocupação perdurou, foram construídos, através de mutirão coletivo, barracos

⁵ O movimento Rede Extremo Sul foi criado em 2010 e que decretou seu fim publicamente em 2014. Seu site, ainda em funcionamento, define como: “A Rede de Comunidades do extremo Sul é um movimento popular recém-criado na zona sul de São Paulo, que tem como proposta a organização autônoma do povo da periferia, sem depender de politikeiros, nem de patrões, nem da migalha de quem quer que seja. Propomos a união das quebradas e a luta direta como meio de melhorarmos a nossa condição de vida, e combatermos as formas de opressão e de exploração que sofremos todos os dias. Junto com tant@s lutador@s, que ao longo da história se rebelaram, sabemos que nossas conquistas e nossa liberdade serão frutos de nossos próprios esforços! É por isso que caminhamos”. Disponível em: <https://redeextremosul.wordpress.com/o-que-e-a-rede/>. Acesso em 21 de agosto 2018.

individuais que demarcavam a presença de cada família, além do barracão coletivo, onde aconteciam as atividades e ficava a cozinha coletiva. Havia uma escala de atividades e de permanência de cada família na ocupação, para garantir que a ocupação nunca estivesse vazia e que tivesse uma constância de atividades acontecendo. A ocupação durou entre 3 e 4 meses, segundo relatos de Denise e de sua vizinha Solange, que se conheceram na ocupação do Itajaí e são hoje vizinhas na ocupação Jardim da União, além de coordenadoras da associação local.

Denise e Solange se tornaram presença constante na ocupação do Itajaí e nos atos e manifestações pela ocupação, vindo logo a se tornar quadro de destaque à frente da ocupação: “[...] quando eu cheguei assim, eu comecei já e me envolver com o Extremo Sul, aí entrei já na coordenação e tô até hoje” (DENISE, informação verbal, 2018), assim como Solange. A ocupação não obteve resposta positiva por parte do poder público, ao contrário, sofreu uma violenta reintegração de posse⁶, no dia 16 de setembro de 2013, vindo a ser desfeita:

[...] era um terreno pequeno [...] Aí se juntamos tudo ali pertinho um do outro. Aí chegou os policiais, [...] não queria nem saber, nem teve pergunta, já chegou com bomba e spray de pimenta. Aí todo mundo correndo, naquele sufoco [...] Não dá nem pra eu acreditar naquela cena (DENISE, informação verbal, 2018).

Com a reintegração de posse sofrida pela ocupação do Itajaí, com uso de força e repressão policial, Denise, assim como sua amiga Solange, continuaram articuladas ao movimento Rede Extremo Sul, buscando manter as famílias organizadas para realizar a ocupação da hoje então ocupação Jardim da União. “Não tinha ninguém aqui. Aí viemos dia 12 de outubro [2013], que era um feriado. Ficamos de madrugada. Quando foi às 8h da manhã os policiais apareceram. Aí eles chamaram o pessoal do movimento que não é esse agora⁷, que era outro, o Extremo Sul” (DENISE, informação verbal, 2018).

Houve então essa primeira chegada da polícia, para registrar o flagrante, mas a ocupação seguiu se estruturando. Denise, assim como Solange, continuaram a ser pessoas de referência na estruturação e organização da ocupação que seguiu junto com o movimento Rede Extremo Sul até 2014: “[...] foi com luta mesmo, viu? [...] se tem aqui é 8 ou 9 que veio de lá, que veio do Itajaí. Porque o restante foi indo embora, abandonando” (DENISE, informação verbal, 2018).

Formada em outubro de 2013, no contexto das lutas urbanas do que ficou conhecido como “Junho de 2013”⁸, quando explodiram as contradições e paradoxos no país, trazendo para a arena pública da política o fato de que apesar do aumento de renda e do poder de consumo, isso não garantia o direito à cidade e a cidadania, a falta de moradia, urbanidade e

⁶ Para mais informações sobre a violência policial durante a reintegração de posse da ocupação Jardim Itajaí acessar vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xCGug1Kw-i0>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

⁷ Hoje, além da Associação de moradores do Jardim da União, tem atuação na ocupação o movimento Luta Popular.

⁸ Para Rolnik (2013, p. 08): “Podemos pensar essas manifestações como um terremoto [...] que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos”.

de serviços públicos continuavam a existir. A ocupação Jardim da União foi realizada como ocupação organizada pelo então movimento Rede Extremo Sul, junto às famílias anteriormente moradoras do Jardim Itajaí, em área de manancial. Esse processo de ocupação em áreas ambientalmente protegidas, onde o mercado imobiliário formal não consegue especular e atuar, é o que Maricato (2013) define como a expulsão dos pobres para a periferia da periferia:

A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia. Novas áreas de proteção ambiental, como a Área de Proteção dos Mananciais em São Paulo, acabam sendo invadidas pelos sem alternativas, pois a política habitacional está longe do núcleo central do déficit (MARICATO, 2013, p. 24).

Sua formação não se caracteriza como as clássicas ocupações dos anos 1970, com lotes definidos e posterior autoconstrução familiar (BONDUKI e ROLNIK, 1982; KOWARICK, 1979; MARICATO, 1982). Realizada de forma coletiva, a ocupação do terreno se caracteriza por, de início, ser bastante adensada, pois, visando a própria segurança dos ocupantes, o ideal, no momento de sua formação, é que todos os barracos tivessem próximos, evitando maiores distâncias entre os ocupantes em caso de intervenção policial, geralmente caracterizadas pelo abuso descomunal de violência. Além disso, os barracos eram todos de material improvisado, no geral, de madeira, pois, tendo em vista o que havia acontecido na ocupação do Itajaí, havia dúvida sobre o quão a ocupação se estenderia no tempo, sendo fundamental dispender o mínimo de recursos financeiros possível.

De início da formação da ocupação, logo após a violenta reintegração de posse sofrida pelos ocupantes no Itajaí, agora ocupantes do Jardim da União, algumas famílias não mudaram em definitivo para lá, mantendo-se em suas casas alugadas ou até mesmo morando com familiares, porém com presença constante na organização da ocupação em formação. Foi assim com a família de Denise, que manteve a casa que alugava no Grajaú e Denise continuou a ser a pessoa da família que se dedicava a estruturar e organizar a ocupação, para além do trabalho e das atividades domésticas da casa onde a família morava. Ela narra um episódio, no início da ocupação, de uma suposta ameaça de reintegração de posse:

A gente chegou aqui, um oficial de justiça entregou uma intimação. Só que não era nesse terreno, era numa ocupação que tinha aqui em cima, que logo ela saiu, no terreno da frente. E assinaram a intimação. E nessa intimação que assinaram, todo mundo ficou desesperado. Entrando em batalhão, perguntando qual ordem de despejo e qual horário que ia ser. E tava tudo previsto pra ser aqui, mas lógico que não era. Era no outro. E aí acionamos advogado e era aquela confusão toda, aquela luta toda. A Solange foi uma que falou: não vai trabalhar, pelo amor de deus. Se a gente que tá de frente, se a gente for trabalhar o povo que tá aqui vai abandonar essa ocupação. A gente quem tá aqui, a gente tem que tá junto. Aí eu falei: mas, Solange, como que a gente vai ficar aqui dois dias esperando despejo? Aí todo mundo

se uniu, fizemos um barracão enorme pra todo mundo ficar ali. [...] Ficamos, acho, que uns três dias, tudo unido [...] fazia comida junto. Aí não aconteceu nada. Aí fomos para dentro da CDHU. Levamos fogão, geladeira, tudo. E foi muita gente. No começo o povo todo é unido. [...] acho que foram 3 ônibus de pessoas. Aquela escada rolante, na hora eles desligaram a escada rolante ali da CDHU. Então ficou a metade lá em cima, a metade no piso de baixo e a metade no meio da rua. Então foi muita gente mesmo. Aí quando foi se aproximando para 7 ou 8h da noite e eles viram que a gente não ia sair dali, então eles suspenderam a reintegração (DENISE, informação verbal, 2018).

O uso de ação direta adotada pelos moradores como forma de pressão junto à CDHU é descrita por Abers et al (2014, p. 332) como uma das quatro “rotinas comuns de interação Estado-sociedade no Brasil”, sendo a ação direta identificada pelas autoras como: “Protestos e ação direta. Historicamente, movimentos expressam demandas e, ao fazê-lo, pressionam os atores estatais a negociar através da demonstração de sua capacidade de mobilização”. Assim, os moradores da ocupação, ao fazerem uso de ação direta para pressionar a CDHU pela suspensão da reintegração, garantiram, naquele momento, sua permanência no espaço da ocupação, continuando a produção desse espaço por eles, ainda que sem garantias mais formais quanto ao futuro. A reintegração de posse, que de fato nem era para a ocupação Jardim da União, mas sim para outra ocupação nas redondezas, foi suspensa, tendo sido realizada nos próximos dias, mas em um processo onde não houve enfrentamento direto ente polícia e ocupantes, de acordo com Denise.

Com o passar do tempo e a permanência na luta com alguns embates com o poder público, uma vez que o terreno onde está a ocupação é de domínio público e pertence à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do governo do estado (CDHU), a ocupação foi sendo consolidada e as negociações com o poder público tendiam a avançar. Nesse contexto, Denise então negocia com a família a mudança definitiva para a ocupação.

Aí eu falei: Marcos, eu vou mudar pra lá. Aí ele: tá ficando doida? Não faz isso. Aí eu falei: vamos, Marcos. Porque era luta. Eu tinha que cuidar da casa de lá do Grajaú e tinha que cuidar do nosso barraquinho de madeira aqui. E era tão gostoso, porque no final de semana nós pegávamos as meninas e trazíamos para aqui, então aqui parecia um sítio. [...] Aí quando foi num determinado tempo, o dono da casa ele já tinha falado pra gente há muito tempo que pretendia vender a casa. [...] Aí eu falei pra ele [para o dono da casa]: pode colocar pra venda que a gente não vai ficar aqui não. Aí ele falou: mas não é agora não, pode ficar aí tranquila, você é uma pessoa que sempre pagou direitinho, nunca deu trabalho. Aí eu: tudo bem. Mas aí você põe a placa de venda que quando vender a gente já sai. Aí a gente saiu de lá e a casa ainda não tinha vendido. Aí a gente veio embora (DENISE, informação verbal, 2018).

Então no início de 2014 Denise se muda em definitivo com a família para a ocupação. Continuava ainda no mesmo emprego no buffet, onde trabalhava com carteira assinada, há

mais de 8 anos. Porém, sua mudança e dedicação à ocupação desencadeou o que parece ser uma estratégia da antiga empregadora para demitir empregados mais antigos.

[...] eu comecei a me envolver muito aqui dentro, tem manifestação, protesto tudo. Aí eu comecei a chegar tarde do horário combinado e tudo foi envolvendo meu serviço. [...] Ela me chamou numa conversa. Aí eu: tudo bem, vê o que a senhora acha melhor para mim, se a senhora acha que o horário que eu tô chegando é tarde. Era uma vez ou nunca, mas eu acho que já queria mandar a gente embora porque não mandou eu sozinha. A maioria dos trabalhadores que eram mais velhos, mandou tudo. Pegou tudo uma equipe nova. Aí eu saí. [...] Eu tive uma conversa com ela, disse: eu moro numa ocupação, então quando eu chego tarde que tem algum protesto, tem alguma coisa, reunião na CDHU que eu tenho que ir, porque eu faço parte de uma associação, então o que a senhora tem que fazer? Se eu cheguei 9h, porque meu horário é 8h, das 8h às 4h, eu posso fazer das 9h às 5h. Ela foi indo. Ela começou fazer chantagem. Eu chegava, abria a porta, na hora que eu começava a tomar café, ela começava, sabe, jogar as coisas e aquilo ali foi me irritando. Ainda fiquei um ano assim. Então nesse dia [três dias após a suposta reintegração de posse que a ocupação sofreria e Denise passou três dias sem ir ao trabalho por conta das organizações e resistência na ocupação] foi o dia que a minha patroa falou, cheguei e ela não me mandava embora. E eu: e agora? Aí [...] ela começou a xingar, começou a falar um monte. Aí eu: Marcos, acho que não vou trabalhar naquele lugar mais não. Eu chego e não sinto mais prazer. Os meninos, a mesma forma, eles falaram que não vão mais, que ela tá muito chata, que tá falando um monte pra gente, já tirou o almoço da gente, não dá mais almoço, não dá mais café da manhã. Ela tá insuportável. Aí a gente saiu, não deu nem satisfação, a gente só ligou no próximo dia dizendo que a gente não ia mais (DENISE, informação verbal, 2018).

Pergunto se Denise recebeu os direitos trabalhistas que lhe cabem pelos 9 anos de trabalho com carteira assinada, mas ela é categórica ao me responder que não, que essa foi exatamente a estratégia da patroa para não pagar os direitos, tensionar para que ela e mais três funcionários antigos que saíram juntos com ela, se demitissem.

Morando há um ano na ocupação e com a saída do emprego, Denise continuou a trabalhar na mesma área que ela define como sendo de eventos, mas de forma esporádica, sem nenhum contrato de trabalho, sendo chamada por diferentes buffets quando esses precisam ampliar o quadro de funcionários para eventos pontuais. Assim, passou a se dedicar ainda mais, em relação a maior disponibilidade de tempo, às demandas da ocupação através da associação de moradores.

Na trajetória de Denise e sua família, desde a saída de Salvador até a mudança em definitivo para a ocupação Jardim da União, não aparece em sua narrativa o discurso da “casa própria” no contexto do “sonho da casa própria”, da “propriedade privada”, ou mesmo do valor de troca. O que ela mais destaca é a possibilidade de sair do aluguel e de ter uma

estabilidade cotidiana. Porém, mesmo não sendo a narrativa da casa própria, é através da forma propriedade que os moradores da ocupação se organizaram para pressionar o poder público.

A TRAJETÓRIA NA E DA OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO

Com a mudança de Denise e de Solange, ambas no início de 2014, em definitivo para a ocupação, elas passaram a estruturar, a partir da presença diária, a associação de moradores. Ainda em parceria com a Rede Extremo Sul, começam a pensar formas de pressionar o poder público pela regularização da ocupação. Nesse momento a Rede Extremo Sul entra em contato com a assessoria técnica Usina-CTAH⁹ e propõe que a assessoria acompanhe o movimento nas reuniões com a CDHU. De acordo com os relatos de Denise e Solange, a assessoria acompanhou em algumas reuniões na CDHU, mas não existia nenhum tipo de proposta de trabalho por parte do movimento para a assessoria, não solidificando a relação. Como ainda eram as primeiras reuniões, o movimento e os moradores ainda estavam ouvindo as propostas e possibilidades por parte do poder público e, dessa forma, ainda que o movimento e os moradores da ocupação tivessem a intenção de ali permanecer, não havia uma real clareza de como as negociações iriam se encaminhar, gerando uma relação confusa com a assessoria que, nas palavras de Denise (informação verbal, 2018), “não foi pra frente”.

Cabe ainda destacar que o movimento Rede Extremo Sul buscava uma atuação de organização autônoma, a ideia era a organização do território pelos próprios moradores, sem intervenção direta do poder público. Em 2014, houve o rompimento da ocupação com o movimento e esse veio a anunciar seu fim publicamente no mesmo ano. Nesse período, o movimento Luta Popular passa a ser um parceiro direto da ocupação, cujo apoio de advogados ligados ao movimento, para as constantes negociações e resistência a possíveis reintegrações de posse, foi fundamental para que a ocupação seguisse se estruturando ao longo dos anos.

Em 2017, a ocupação organizada em torno da associação de moradores e também em parceria com o movimento Luta Popular, contratou a assessoria técnica Peabiru-TCA¹⁰ para desenvolver coletivamente um projeto de loteamento com fins de regularizar a ocupação. Horigoshi, uma das arquitetas responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, destaca que anteriormente ao contato dos moradores com a assessoria eles já vinham em um processo, aparentemente confuso, de negociação com a prefeitura e com o governo do estado, visto que o terreno ocupado pertence a CDHU:

Na época, antes da gente entrar existia uma ideia, [...] pelo que eu entendi, da prefeitura, de que fosse um Minha Casa Minha Vida¹¹ [...] Então eles iam

⁹ Para mais informações sobre a assessoria técnica Usina-CTAH, acessar: <http://www.usina-ctah.org.br/>. Acesso em 07 de outubro de 2018.

¹⁰ Para mais informações sobre a assessoria técnica Peabiru-TCA, acessar: <http://www.peabirutca.org.br/>. Acesso em 06 de outubro de 2018.

¹¹ O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi criado em 2009 como principal programa da política habitacional do então governo Lula (2003 – 2010). Constituído como uma política emergencial anticíclica de apoio ao setor privado para

se associar a uma outra entidade, porque eles não são habilitados no Ministério das Cidades, então eles se juntariam a uma outra entidade que já tinha um terreno lá no Grajaú também e que ia apresentar a proposta pro Minha Casa Minha Vida e eles iam juntar a demanda pra entrar nesse empreendimento que é em outro terreno, outras coisa [...] essa entidade que iria apresentar a proposta pro Minha Casa Minha Vida e que eles entrariam como demanda, não apresentou. (HORIGOSHI, informação verbal, 2018)¹².

Paralelamente à negociação com o poder público, que apontava como horizonte a remoção das famílias para um conjunto do Minha Casa Minha Vida, os moradores tinham como perspectiva desenvolver uma proposta de regularização fundiária, já que a intenção não era sair da área em que estão, mas sim ter condições de lutar pela permanência. Denise destaca que com a contribuição mensal, que não é obrigatória, mas que é o que possibilita o funcionamento e existência da associação, surgiu a possibilidade de iniciar uma primeira conversa com a Peabiru. A partir dessa conversa, realizaram uma nova assembleia em que falaram da possibilidade da assessoria desenvolver um projeto de loteamento, onde seriam demarcados os lotes de cada morador e, assim, poderiam entrar com pedido de regularização fundiária junto à prefeitura. Para isso, como existia muita inadimplência por parte dos moradores com a associação, foi pedido que as pessoas quitassem o que deviam e um novo valor mensal foi aprovado para que pudessem contratar a assessoria.

aquecer o mercado da construção civil como resposta à crise econômica internacional de 2008, passou a concentrar a produção massiva de moradias., excluindo os movimentos sociais desse processo. Para mais informações sobre o PMCMV, acessar: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

¹² Toda citação direta de Horigoshi, arquiteta urbanista na assessoria técnica Peabiru-TCA, foi obtida durante reunião realizada na assessoria, São Paulo, 2018. Estará, ao longo do texto, referenciada da seguinte forma: (HORIGOSHI, informação verbal, 2018).



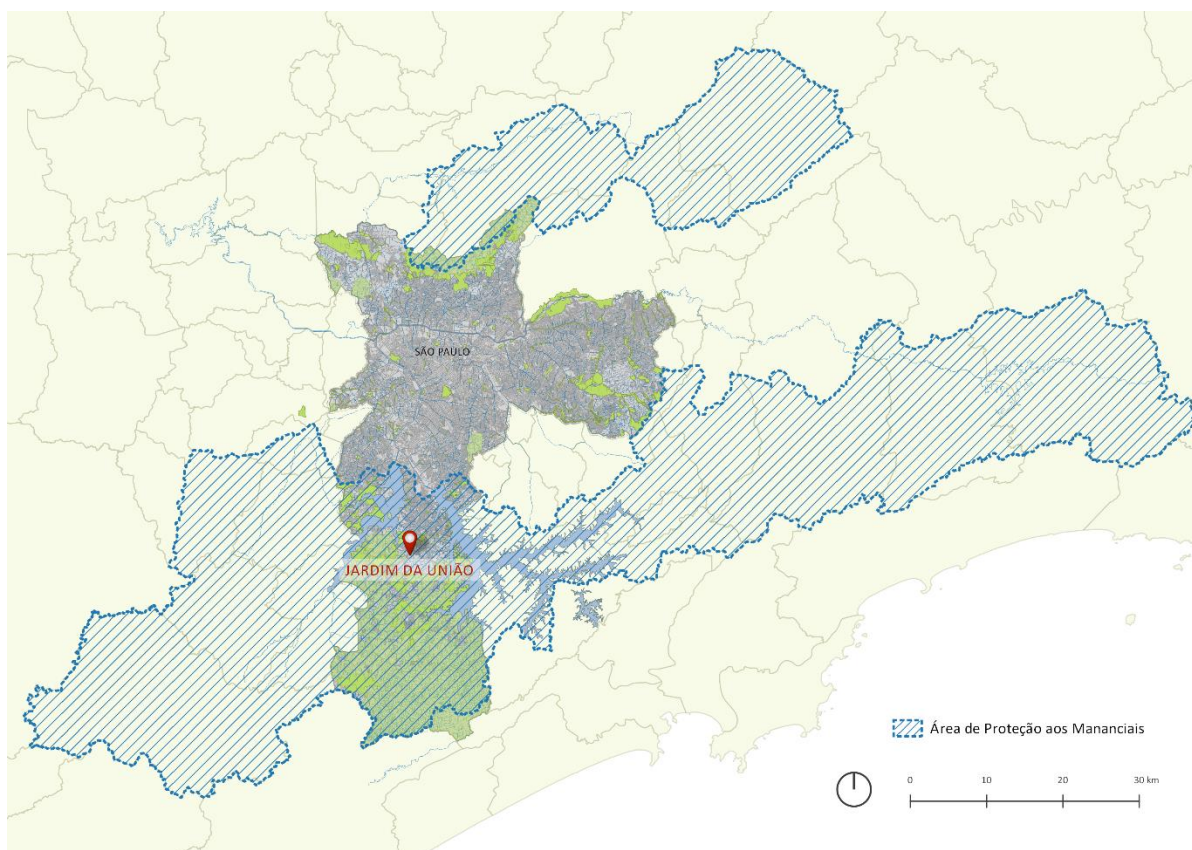
Imagem 2: Levantamento de diagnóstico para execução do Plano.

Fonte: Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim União – Peabiru-TCA, 2017.

[...] desde o começo a gente entendeu aquela situação [...] que o produto era esse, de um Plano, [...] alguma coisa que a gente pudesse desenhar uma opção de consolidação e que eles pudessem usar isso como instrumento de negociação com CDHU e com o poder público (HORIGOSHI, informação verbal, 2018).

Assim, a Peabiru desenvolveu o “Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim da União”¹³, durante o ano de 2017, onde foram demarcados cada lote, novas vias a serem abertas, espaços comunitários e, por se tratar de área de manancial, o Plano investiu no que eles denominaram como infraestrutura verde, que consiste em vias paisagísticas e, como não havia ligação oficial de água e esgoto e havia uma questão grave de fossa negra, o Plano desenvolveu o projeto de esgoto a partir do ciclo de bananeira. A ideia do Plano é que a ocupação conseguisse se estruturar de forma que pudesse pautar o poder público quanto á regularização fundiária, uma vez que, com a execução do Plano, a ocupação atinge um determinado parâmetro de consolidação.

¹³ Sempre que aparecer a palavra Plano ao longo do texto, se refere ao Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim da União, desenvolvido pela assessoria técnica Peabiru-TCA, com participação popular.



*Imagem 3: Localização da ocupação Jardim da União e delimitação das áreas de proteção aos mananciais.
Fonte: Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim União – Peabiru-TCA, 2017.*

Para desenvolver o Plano, a assessoria realizou algumas oficinas com objetivo de compreender as necessidades por conta dos moradores da ocupação. A partir das oficinas desenvolveu duas propostas de loteamento que foram levadas para a assembleia onde uma das propostas foi aprovada por unanimidade, como destaca Horigoshi:

[...] foram levantados alguns pontos, algumas questões e desenvolveu um pré-projeto, uma primeira ideia de um loteamento. Fizemos duas propostas, na verdade. Uma proposta mais caixinha, com todos os lotes iguais, todos de 90 metros quadrado, uma alteração maior do construído, de como tava lá hoje. E uma outra proposta que mantinha mais como tá hoje, então lotes mais irregulares, mas tentando manter as ruas mais ou menos onde estavam etc. A gente foi apresentar pra eles, fez outra oficina pra eles discutirem as questões dos lotes, das vias, aí foram discutindo cada um dos eixos, pra chegar em algumas conclusões pra gente definir o traçado final. E aí foi unânime que [a proposta dos] os lotes iguais ganhou em disparado, todo mundo odiou o outro (HORIGOSHI, informação verbal, 2018).

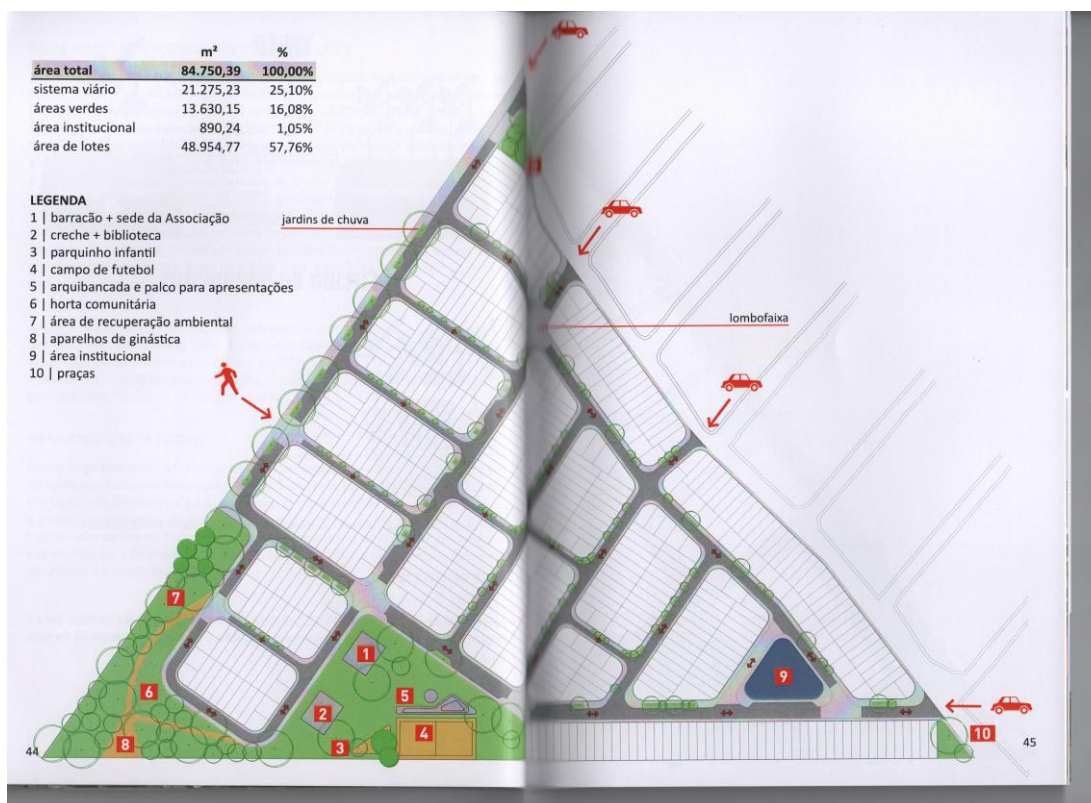


Imagem 4: Proposta aprovada em assembleia.

Fonte: Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim União – Peabiru-TCA, 2017.

Aprovada a proposta em assembleia, a assessoria tentou estender os compromissos de trabalho para que pudesse acompanhar a execução do Plano. Porém, não obtiveram um posicionamento por parte da associação de moradores e os moradores já começaram a executar as obras por conta própria, em processo de mutirão. Uma facilidade que eles tiveram em executar as obras viárias se dá ao fato de que um dos moradores da ocupação é topógrafo. Como destacou Denise, o mesmo estava com o CREA¹⁴ atrasado, então a associação regularizou sua situação junto ao Conselho e ele conseguiu as máquinas para alugar com preço mais em conta e, assim, iniciaram as obras seguindo o Plano.

As casas das famílias de Denise e de Solange estavam em lugar onde seria aberta uma nova rua, tendo que mudar para o lugar definido pelo Plano. De imediato as duas famílias reconstruíram, ainda mantendo o material improvisado, suas novas casas. As duas casas foram então reconstruídas, em madeira, nos novos lotes já demarcados, ambos de 9mx10m e as duas famílias se mudaram ainda em dezembro de 2017, logo após a entrega do Plano por parte da assessoria.

A lógica, de um modo geral, é basicamente essa, mantém-se a casa no lote anterior até construir a nova casa no lote devidamente demarcado no Plano, abrindo, assim, as novas vias. Foram reconstruídas muitas casas com material improvisado, como madeira. Mas é possível observar presença considerável de casas construídas com alvenaria, a maioria ainda em processo de construção. É uma cena comum, aos fins de semana, a quantidade de homens

¹⁴ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

trabalhando juntos na construção das casas, muitas vezes com carros parados à frente com som ligado.

A partir da finalização e entrega do Plano, ainda em dezembro de 2017, os moradores rapidamente deram início ao processo descrito acima, em 8 meses quase todas as casas já mudaram ou estão em construção nos lotes demarcados como definitivo. Com isso, a capacidade de negociação junto ao poder público aumentou, como destaca Denise ao relatar que conseguiram negociar junto à Sabesp e à Eletropaulo a instalação oficial de luz, água e esgoto por parte das concessionárias dispensando, assim, a proposta do Plano de ciclo de bananeira para esgoto.

Cabe ainda destacar que a área da ocupação não possuía Levantamento Planialtimétrico Cadastral (LEPAC) e que, a ideia que a assessoria colocou para eles foi a de aproveitar o topógrafo morador da ocupação para fazer o LEPAC, mas eles já foram executando o Plano, por conta própria e sem o levantamento, o que resultou em alguns problemas como as casas abaixo do nível da rua, em alguns pontos específicos. Ressalta-se também que o Plano prevê um grande equipamento coletivo para funcionar como sede da associação e lugar destinado às atividades coletivas. O espaço encontra-se à espera da construção do equipamento e parcerias entre a Peabiru e o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAU-USP (LabHab) estão sendo pensadas em torno do desenvolvimento do projeto junto à participação dos moradores, com previsão para 2019.

A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA E NA OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO

Embora a pesquisa em andamento busque discutir para além da dicotomia centro-periferia, é importante destacar que a ocupação aqui estudada dista muitos quilômetros do centro da cidade, em média 2 horas, num transporte coletivo bastante demorado, sendo necessário pegar mais de um. Ainda assim, e apesar da precariedade inicial da ocupação, por volta de 560 famílias vivem lá e, para muitas dessas famílias, a maioria, essa é a única possibilidade de sair do dificultoso e oneroso gasto com aluguel. É importante destacar ainda que, como visto nas páginas anteriores, apesar da ocupação em si ser um espaço urbano em formação, ainda mais nos limites do município, existe uma certa estrutura de serviços e equipamentos públicos, já que essa está inserida em uma periferia maior há muito em constante consolidação e transformação.



Imagem 5: Acessos viários.

Fonte: Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim União – Peabiru-TCA, 2017.

Ao pensar essa ocupação à luz dos estudos sobre os loteamentos periféricos de São Paulo nos anos 1960 e 1970, trata-se de uma ocupação com outras características, inserida em uma periferia que não se caracteriza mais como uma periferia “onde tudo falta”, tampouco uma periferia onde o Estado é ausente. É uma periferia que, apesar da distância em relação ao centro, possui uma centralidade própria, onde há presença de equipamentos institucionais, grandes comércios e shopping center, marco desse novo desenho das periferias. E o Estado, por sua vez, além dos equipamentos públicos na periferia maior onde a ocupação está inserida, também se faz presente nas políticas públicas e nos diferentes editais e curso diversos acessado, principalmente pela parcela mais jovem de moradores da ocupação, inclusive Juliana, filha de Denise, sempre acessa diversos cursos. Dessa forma, as características que definiram as periferias quando do início de seus estudos atualmente são insuficientes para descrever sua pluralidade socioespacial.

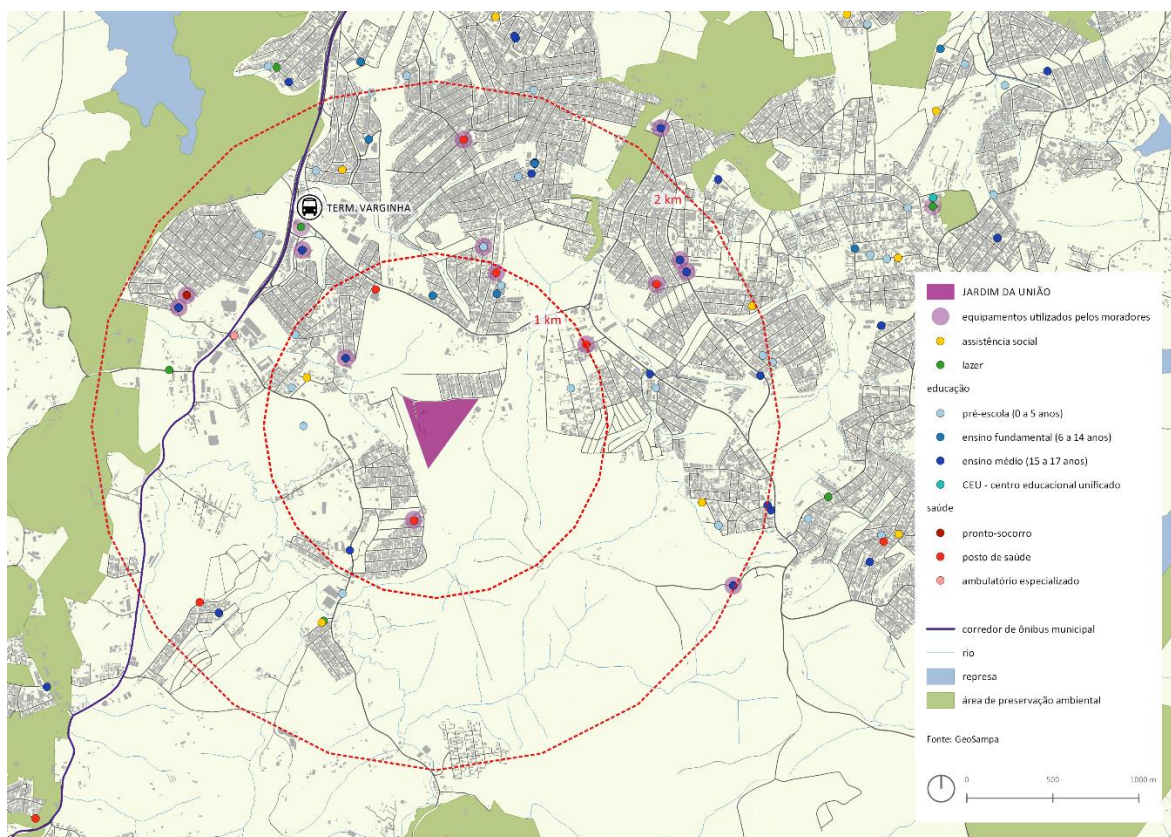


Imagem 6: Equipamentos no raio de 1 e de 2 quilômetros da ocupação.
Fonte: Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim União – Peabiru-TCA, 2017.

A paisagem construída por essa ocupação, ou a própria morfologia do espaço da ocupação revela, também, a reprodução, onde as relações que se desenvolvem no espaço são conteúdo desse processo de reprodução, a partir das determinações gerais do modo de produção, como destaca Pádua (2018) ao afirmar que:

Embora seja preciso discernir os agentes hegemônicos da produção do espaço, assim como também discernir os não hegemônicos, é a sociedade como um todo que produz o espaço através dos conflitos e contradições que se materializam concretamente no espaço. O nível das relações sociais, das práticas, evidencia essa materialização das contradições. Assim, a reprodução social é a continuidade das determinações sociais totalizadoras, criando, continuamente, suas possibilidades ou impossibilidades de continuidade. Muitas vezes esse processo de reprodução explicita as contradições (PÁDUA, informação verbal, 2018)¹⁵.

Conforme Pádua, observamos que essa produção do espaço, a partir da ocupação aqui estudada, pode ser pensada frente ao que Lefebvre (1999, p. 34) define como “resíduo da

¹⁵ Toda citação direta de Pádua foi obtida durante o curso Henri Lefebvre e a problemática urbana, São Paulo, 2018. Estará, ao longo do texto, referenciada da seguinte forma: (PÁDUA, informação verbal, 2018).

urbanização e da industrialização”. Trata-se, ainda, de uma “viração”¹⁶ fruto das determinações postas pelos agentes hegemônicos que dominam o espaço, tal como o mercado imobiliário, com anuência do Estado que, ao mercadificar e privatizar a terra, expulsa e define o lugar da população pobre na cidade e sua situação de legalidade/ilegalidade, como define Harvey (2014, p. 121) ao afirmar que “o Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos”.

Nesse sentido, entende-se que a reprodução social se dá através do espaço, buscando compreender aqui essa reprodução a partir da ocupação, cuja produção e reprodução do espaço denomina as relações sociais conformadas a partir de um cotidiano. O que se busca compreender é que a casa, para além do nível do morar, trata-se do modo de como se vive a cidade, sendo um elemento fundamental para se pensar o habitar, uma vez que esse não se reduz ao âmbito da casa, mas se estende para a esfera da vida na cidade.

Assim, pensar a ocupação Jardim da União, é pensar a dialética habitar-habitat, que, segundo Lefebvre (1966)¹⁷, ao transformar a moradia em mercadoria, o habitar se reduz ao habitat, onde a lógica da mercadoria, ao demarcar formas de apropriação e uso do espaço, atravessa o espaço e a própria reprodução da vida, produzindo um modo de uso do espaço e um modo de vida. Assim, ao pensar o habitar, estendido à esfera da cidade e o habitat, no espaço da casa precarizada destinada à moradia, a reprodução da vida é caracterizada como apropriação concreta do espaço, do espaço da casa que, mesmo precária vai se configurando enquanto espaço próprio das famílias e se estende para além da casa, para toda a ocupação, é quando, conforme Pádua (2018):

[...] O uso preenche o vazio, constrói um conteúdo de precariedade e realização na reprodução da família. Ao mesmo tempo é o espaço empobrecido, pequeno, apertado, mas também é o espaço da vida, da conquista da casa. Imporá novos problemas cotidianos, como o próprio acesso à cidade, a distância para o trabalho, a falta de espaço, a distância para os comércios maiores. Então, essa dialética entre o habitar que se reduz ao habitat, mas que ao mesmo tempo tem momento do habitar nesse habitat (PÁDUA, informação verbal, 2018).

É aí que entra uma subversão à lógica imposta pelo político institucional e econômico das privações, pois como o habitar, segundo Lefebvre (1966), faz parte da condição humana, do processo de humanização do homem, esse não pode ser reduzido às imposições dessa lógica política econômica da transformação do espaço em mercadoria, portanto não se

¹⁶ Por “viração” entende-se o que Telles e Cabanes (2006, p. 21 e 22) definem como: “a conhecidíssima viração no mercado (e cidade) informal, na qual os agenciamentos da vida cotidiana se fazem sempre e a cada momento nos limiares do legal e ilegal; o trabalhador regular que foi pego em cheio pela dita reestruturação produtiva e que, perdendo os pilares do mundo, vai se ajestando (e se desencontrando) na vida entre a família e ajuda de uns e outros; o trabalhador migrante recente (anos 90) que vê desmoronar, em ato e ao vivo, o sonho de uma vida estável entre o trabalho e a moradia ou, então, os que, em busca e na defesa de um lugar no mundo, se lançam em uma militância que, agora, mais do que nunca, parece operar num jogo de vida e de morte às voltas com máfias locais, grileiros e seus matadores e também a violência-de-todos-os-dias que vai campeando nesses territórios em disputa [...]”.

¹⁷ Prefácio escrito por Lefebvre na pesquisa intitulada *L’habitat Pavillonnaire* (1966).

resume à fragmentação e hierarquização das técnicas do planejamento urbano, do urbanismo.

Na cidade contemporânea, com destaque aqui para a cidade de São Paulo, onde o espaço foi transformado em mercadoria com grande intensidade de valor, de uso e de troca, os investimentos públicos e privados são realizados em porções do território, porções essas onde o Estado age em prol do capital a partir do processo de urbanização e a história é mascarada por um processo solvável, como destaca Damiani (2012, p. 272 e 273):

a historicidade perde importância, prevalecendo uma instalação no existente, apesar de desconfortável para muitos e dilacerante para amplas camadas sociais [...] Estes prevalecem ao nível do residual. Nesse momento, exatamente, exige-se a acuidade no tratamento das transformações, das transições, do movimento do real, das contradições, que parecem assim residuais [...]

Assim, em espaços como o da ocupação Jardim da União, caracterizada como resíduo, onde o valor que predomina é o de uso, o do morar, não há grandes interesses do poder público em investir em infraestrutura, a presença do Estado nessa ocupação se dá através das macro políticas públicas sociais. Para além disso, o intuito estatal se resume à tentativa de criminalizar, de remover, usando do seu poder de violência para tal.

Por sua vez, a própria ocupação, enquanto resíduo, transforma e produção e reprodução do espaço quando, a partir da auto organização, ao decidirem, coletivamente, contratar uma assessoria para desenvolver um Plano de loteamento e executá-lo também a partir da auto organização e, assim, consolidar a ocupação para enfrentar o poder público na luta por regularização fundiária, esses moradores estão subvertendo a lógica do espaço mercadificado, produzindo um espaço e lutando por uma ação do Estado no sentido de sua permanência, de sua regularização, de um espaço, onde a luta é pelo valor de uso para essa população.

Nesse processo dialético, o espaço produzido por essa ocupação não está, ainda, completamente inserido na lógica mercadoria, uma vez que não está sendo pensado enquanto objeto de estratégia, mediado pela lógica da mercadoria. Porém, por se tratar de um projeto de loteamento com fins de regularização fundiária, ou seja, essa ocupação, através da mediação da propriedade da terra, se tornará mercadoria, uma vez que seu valor de uso será transformado em valor de troca. Para Alvarez (2018), a partir de Marx e Lefebvre:

[...] a produção do espaço envolve a produção de valor. [...] a produção do espaço também envolve a especulação, por e através do espaço D vira D'. [...] Essa chave [...] nos permite pensar a produção do espaço como produção do valor e como lugar das rendas [...] Que é uma renda porque ela

deriva de uma propriedade e não da produção [...] (ALVAREZ, informação verbal, 2018).¹⁸

Assim, o espaço produzido por uma população que anteriormente já passou por processo de reintegração de posse, uma população pobre, que não consegue arcar com o preço da moradia, ao ser regularizado, e não apenas, se transformará em valor de troca. E não apenas, é por, durante esse período de luta, essa contradição do valor de e valor de troca já estar em aparecendo, ao perceber que ao regularizar, garantir a posse e as infraestruturas forem implementadas, esses lotes terão maior valor. Como se pode observar a partir da imagem abaixo, quando a associação em parceria com o movimento Luta Popular espalhou essas faixas pela ocupação para inibir um comércio de lotes que se iniciava.



Imagem 7: Faixa espalhada ao longo da ocupação.
Fonte: a autora, 2018.

Esse processo é o que Mautner (2015), ao analisar a produção do espaço urbano em São Paulo, a partir da trilogia loteamento popular-casa própria-autoconstrução, vai definir como uma sequência de três camadas que combinam formas de pauperização cotidiana da classe trabalhadora, através do aprofundamento das relações de exploração e espoliação, destacando aqui a afirmação de Kowarick (1979) de que trabalhador explorado também é morador espoliado. Esse espaço ganha importância na própria reprodução do capital. Assim, as duas primeiras camadas, destacadas pela autora, se caracterizam pelo trabalho, ou seja, na

¹⁸ Toda citação direta de Alvarez foi obtida durante o curso Henri Lefebvre e a problemática urbana, São Paulo, 2018. Estará, ao longo do texto, referenciada da seguinte forma: (ALVAREZ, informação verbal, 2018).

primeira camada, a terra precisa ser transformada em propriedade privada e, na segunda, após a construção das casas os moradores vão demandar do poder público a instalação de infraestrutura. Essa extensão da infraestrutura possibilita a entrada do capital, o que a autora define como sendo a terceira camada.

Ao pensar a ocupação Jardim da União a partir dessas camadas, percebe-se que a luta por regularização, que transformará em propriedade privada individual, assim como a expansão de infraestrutura para dentro da ocupação, colocará a contradição do valor de uso e de troca. Mas, a constante possibilidade de perda da casa e do espaço com que convive os moradores, bem como sua auto organização para contratar um Plano de loteamento e, assim, consolidar a ocupação e se fortalecer para cobrar do poder público a regularização fundiária e a extensão de infraestrutura para o interior da ocupação corroboram como sua luta no que Damiani (1993) caracteriza como ascensão ao cotidiano através da casa própria. “O cotidiano não é somente ordem imposta, ele é, no plano subjetivo, uma organização de vida assegurada. Quando o banal do dia a dia [...] faz parte da vida de forma segura. É a ordem diária da segurança material” (DAMIANI, 1993, p. 20).

NOTAS FINAIS

O que o campo tem mostrado é que a tendência dos moradores da ocupação Jardim da União é da vivência dentro da própria ocupação, estar o máximo possível naquele ambiente a eles familiar, onde cada espaço aberto ou fechado, como os pequenos comércios, são extensão de suas casas ou como se fossem suas próprias casas. A ocupação é vivida por seus habitantes e compartilhada entre eles. O espaço da ocupação é carregado de referências concretas, vividas, onde mesmo fora de sua casa as pessoas se sentem em casa, têm reconhecimento, tanto com o lugar, quanto com as pessoas do lugar, é o lugar conhecido.

A própria casa de Denise, que por ser uma referência na organização da ocupação e estar à frente da associação de moradores, é um espaço onde se mistura o que é da esfera do privado com a esfera do público, no qual a vida doméstica está entremeada pela vida comunitária. Tanto sua casa como os espaços da ocupação são lugares de encontro e de abertura para o outro, a ocupação entra em sua casa da mesma forma como sua casa se abre ou sai para a ocupação, tendo a rua como extensão da casa.

Pensando assim a ocupação Jardim da União enquanto resíduo, compreende-se que a reprodução da sociedade contemporânea e sua incansável investida na financeirização do urbano, não consegue eliminar o resíduo, que resiste, se potencializa na transformação, na produção e reprodução do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; et al. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiencia na era Lula. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, V.57, n.2, 325-357, 2014.

- BONDULKI, Nabil; e ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. (117-154). In: Maricato, Ermínia. A produção capitalista da casa. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.
- DAMIANI, Amélia. A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1993.
- FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. I Encontro Nacional de Antropologia do Direito. São Paulo: Núcleo de Antropologia do Direito da Universidade de São Paulo, 2009.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HIRATA, Daniel; et al. Ao lado, o outro lado: veredas incertas. (177-231). In: Telles, Vera; e Cabanes, Robert. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. Préface. (07-14). In: Raymond, Henri; et al. Paris: Centre de Recherche d'Urbanisme, 1966 (reedição 2001).
- LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. (71-93). In: Maricato, Ermínia. A produção capitalista da casa. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. (19-26). In: Vainer, Carlos; et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. (245-259). In: Deák, Csaba; e Schiffer, Sueli. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- POCHMANN, Márcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ROLNIK, Raquel. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. (07-12). In: Vainer, Carlos et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- TELLES, Vera. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. (65-116). In: Telles, Vera; e Cabanes, Robert. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, Vera; e CABANES, Robert. Introdução. (11-28). In: Telles, Vera; e Cabanes, Robert. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

Outras referências – informação verbal:

ALVAREZ, Isabel. Curso Henri Lefebvre e a problemática urbana. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2018.

PÁDUA, Rafael. Curso Henri Lefebvre e a problemática urbana. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2018.